Relatório e Contas 2023

iParque – Parque Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A., EM
Business Center Leonardo da Vinci – Coimbra iParque – Lote 3, 3040-540 Coimbra
NIPC 506 787 729

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2
2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2023 3
3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA 11
4. FACTOS RELEVANTES APÓS TERMO DO EXERCÍCIO 13
5. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL 13
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 13
7. PERSPETIVAS FUTURAS 13
8. AGRADECIMENTOS 14
9. ANEXOS - ARTIGOS 447.º e 448.º, n.º 4, DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS .. 16
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS 17

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Este Relatório e Contas do ano de 2023 espelha o primeiro ano de gestão integral do atual Conselho de Administração nomeado a 5 de Maio de 2022 para o triénio 2022-2024. Reflete, apesar das condições em que se mantém o Conselho de Administração (que é não executivo e não tem nenhum elemento a tempo inteiro), o esforço realizado para garantir a autonomia financeira da sociedade iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde E.M. S.A. ("iParque") e para criar valor económico para o Município de Coimbra ("Coimbra").

Quanto apresentámos o Relatório e Contas do ano de 2022 referimos que o problema da iParque não era somente financeiro e que era fundamental investimento com direção, e um processo de transformação profundo e ambicioso. O caminho foi iniciado em 2022 e foram dados passos importantes em 2023, sendo disso exemplo: a alteração dos estatutos da iParque e a aprovação do contrato-programa entre a Câmara Municipal de Coimbra ("CMC") e a iParque, entre Setembro e Outubro de 2023, onde se perspetivaram competências e objetivos concretos. Contudo, desde Outubro até à data, continua a ser necessário insistir-se no trabalho de organização e implementação, para colocar em prática as competências e para se atingirem os objetivos definidos.

O ano de 2023 fica ainda marcado pela venda do último lote da 1ª Fase, 13 anos depois da primeira escritura, ficando 100% ocupado, e pela conclusão da empreitada da 2ª Fase A e realização das primeiras 2 escrituras (2ª Fase A que tem um total de 7 novos lotes).

O Conselho de Administração continua a acreditar e a trabalhar para que a iParque se transforme definitivamente numa Empresa Municipal sustentável e capaz de ajudar Coimbra a duplicar a dimensão do setor empresarial até 2029.

Muito obrigado pela confiança.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2023

2.1. Capital Social e Património Líquido

O capital social da sociedade mantém-se nos 2.616.380€.

Contudo, fruto das várias conversas existentes com acionistas, e de terem sido reportadas a este Conselho de Administração incoerências quanto à respetiva participação, foi encetado um trabalho de revisão e de consulta, com solicitação de comprovativos (nomeadamente contabilísticos) da posição de cada um.

Recorde-se que, até aqui, a distribuição do capital social da iParque era registado segundo o quadro infra:

Acionista	n.º Acções	Valor	%
Município de Coimbra	472165	2 360 825	90,23%
Universidade de Coimbra	9390	46 950	1,79%
Sinespaço S.A.	8451	42 255	1,62%
ACIC	7512	37 560	1,44%
NovoBanco	7512	37 560	1,44%
IBEROPARK	7512	37 560	1,44%
Critical Software	3756	18 780	0,72%
I.P.N.	3600	18 000	0,69%
ISA	1878	9 390	0,36%
EAS, Unipessoal Lda	600	3 000	0,11%
Clube dos Empresários de Coimbra	600	3 000	0,11%
Centro de NeuroCiências e Biologia Celular	300	1 500	0,06%
	523 276	2 616 380	100,00%

Quadro 1: participação dos acionistas registada até à última Assembleia Geral

Com o trabalho de revisão e respostas recebidas, apurou-se que a distribuição efetiva do capital social da iParque a assinalar em próximas Assembleias Gerais será a seguinte:

Acionista	n.º Acções	Valor	%
Município de Coimbra	472165	2 360 825	90,23%
(Município de Coimbra: corrigidas sem as 2 vendas em baixo)	**475399**	**2 376 995**	**90,85%**
(Município de Coimbra: não vendidas à Critical Software)	**1356**	**6 780**	**0,26%**
(Município de Coimbra: não vendidas à ISA)	**1878**	**9 390**	**0,36%**
Universidade de Coimbra	9390	46 950	1,79%
Sinespaço S.A.	8451	42 255	1,62%
ACIC	7512	37 560	1,44%
NovoBanco	7512	37 560	1,44%
IBEROPARK	7512	37 560	1,44%
Critical Software	3756	18 780	0,72%
(corrigidas sem a compra ao Município de Coimbra)	**2400**	**12 000**	**0,46%**
I.P.N.	3600	18 000	0,69%
ISA	1878	9 390	0,36%
(corrigidas sem a compra ao Município de Coimbra)	**0**	**-**	**0,00%**
EAS, Unipessoal Lda	600	3 000	0,11%
Clube dos Empresários de Coimbra	600	3 000	0,11%
Centro de NeuroCiências e Biologia Celular	300	1 500	0,06%
	523 276	2 616 380	100,00%

Quadro 2: participação aos acionistas revisto

Com esta revisão, e com a análise das propostas e deliberações associadas às ações da ACIC – Associação Comercial e Industrial de Coimbra, fica organizado o livro de registo acionista e podem ser emitidos os respetivos títulos (a serem enviados em correio registado imediatamente a seguir à realização da Assembleia Geral).

As situações de intenção de venda da posição acionista que existiram e a concretização de transferência de participações passam a estar facilitadas com a organização deste processo.

Relativamente aos valores de reequilíbrio em dívida por parte dos acionistas a situação é a seguinte:

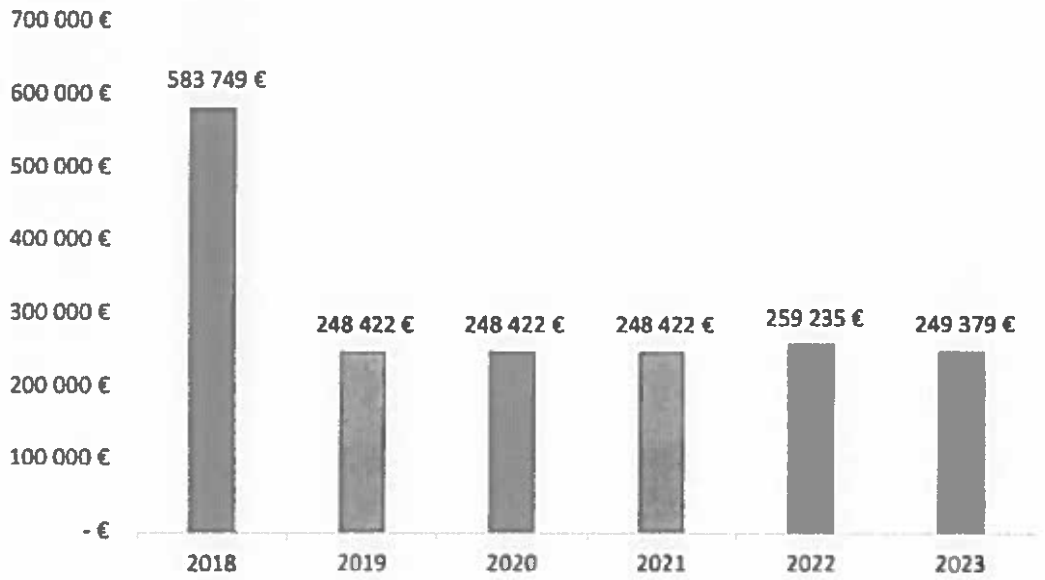


Figura 1: Valores de Reequilíbrio em dívida a 31/12/2023

Refira-se que, sendo ambição deste Conselho de Administração estabilizar a estrutura acionista durante o seu mandato, será feito também um acompanhamento mais efetivo sobre todos os valores em dívida – se necessário, e depois de todos os anteriores esforços, com a execução dos mesmos.

2.2. Lotes de Terreno

O ano de 2023 foi marcado pela venda do último lote da 1ª Fase, 13 anos depois da primeira escritura, ficando 100% ocupado, conforme quadro seguinte:

Lote	Estado	Entidade	Área do lote [m2]	Área disponível para empresas [m2]	Área para empresas já vendida/cedida [m2]
1ª Fase					
1	Vendido	Nova Gama Gourmet	2 478	2 478	2 478
2	Arrendado	UAU Dream	8 287	8 287	8 287
3	Em funcionamento	IParque Da Vinci	9 942	9 942	9 942
4	Em funcionamento	CoolHaven	3 419	3 419	3 419
5	Em funcionamento	CoolHaven	3 384	3 384	3 384
6	Em funcionamento	CTCV	6 478	6 478	6 478
7	Em funcionamento	CTCV	6 672	6 672	6 672
8	Em construção	TIS	6 603	6 603	6 603
9	Em construção	Ventiláqua	3 267	3 267	3 267
10	Em construção	Ventiláqua	3 294	3 294	3 294
11	Vendido	WiseShape	3 294	3 294	3 294
12	Vendido	Cosmehub	3 267	3 267	3 267
13	Encerrado	Innovnano	33 692	33 692	33 692
14	Vendido	3DLAB	5 463	5 463	5 463
15	Em funcionamento	AIRC	5 578	5 578	5 578
16	Em funcionamento	Olympus	5 578	5 578	5 578
17	Em funcionamento	Sanfil	19 253	19 253	19 253
18	Em funcionamento	Olympus	19 253	19 253	19 253
		Sub Total	149 196	149 196	149 196

Quadro 3: ocupação dos lotes da 1ª Fase do iParque a 31/12/2023

Dos 18 lotes disponíveis na 1ª Fase, existem 5 lotes vendidos / arrendado que não iniciaram construção e que continuarão debaixo de um acompanhamento da iParque. Existe, ainda, o lote da Innovnano que está encerrado desde 2019 e cuja solução tem sido trabalhada com a Bondalti (empresa do grupo José de Mello que detém o lote 13). Existiu perspetiva de solução em 2023 que não se concretizou, mas há esperança que 2024 traga boas notícias.

Também em 2023, e conforme previsto (apesar de vários constrangimentos encontrados com erros de projetos – e necessidade da sua retificação ao longo da execução da obra – e com o empreiteiro), concluiu-se a empreitada da 2ª Fase A que disponibiliza mais 12 hectares e 7 novos lotes. Falta apenas a execução dos espaços verdes que estava excluída de financiamento.

Foram já realizadas as primeiras 2 escrituras desta 2ª Fase A e estão comprometidos 5 dos 7 lotes, com candidaturas em análise para mais 1 dos lotes. Assim, e de acordo com o quadro seguinte, constata-se existir 1 único lote da 2ª Fase A ainda sem perspetiva:

Lote	Estado	Entidade	Área do lote (m2)	Área disponível para empresas (m2)	Área para empresas já vendida/cedida (m2)
2ª Fase A					
19	Reservado	Candidaturas em apreciação	6 840	6 840	
20	Disponível		6 603	6 603	
21	Vendido	Cosmehub	6 603	6 603	6 603
22	CPCV	VelvetMed	6 239	6 239	6 239
30	CPCV	Valoren	9 107	9 107	9 107
31 A	Vendido	Helukabel	5 867	5 867	5 867
31 B	Reservado	Tesla	9 654	9 654	9 654
		Total	50 912	50 912	37 469

Quadro 4: ocupação dos lotes da 2ª Fase A do iParque a 31/12/2023

Assim, pode constatar-se que, a 31/12/2023, a 2ª Fase A já estava ocupada a 74% e com perspetiva de atingir os 87% com as candidaturas em apreciação. Prevê-se a possibilidade de ocupação a 100% durante o ano de 2024.

No acumulado da 1ª Fase e 2ª Fase A, a 31/12/2023, estavam ocupados 186.665m2 dos 200.107m2 disponíveis, o que corresponde a uma taxa de 93%. Com as candidaturas em apreciação ficam ocupados 193.505m2 e 97%, com perspetiva de ocupação da totalidade (100%) durante o ano de 2024.

Por fim, refira-se a aprovação pela CMC, a 13 de Março de 2023, da abertura de procedimento de elaboração da 2ª alteração do Plano de Pormenor do iParque e que tem como principais objetivos:

- formalizar a unificação dos lotes 16 e 18 e do espaço público entre eles que permitiram a instalação da Olympus;
- alterar o lote 2 para permitir que se avence com o projeto de instalação do equipamento desportivo;
- a alteração da 2ª Fase B, eliminando a parcela 288 prevista para o Heliporto e readaptando os lotes, reduzindo a existência de caminhos entre lotes e permitindo maior flexibilidade na sua unificação;
- a possibilidade de destacar ou unificar lotes com maior facilidade;
- a regulamentação da instalação de painéis solares (fotovoltaicos).

A CMC já tinha determinado anteriormente a abertura de procedimento de alteração do Plano de Pormenor, mas circunscrita aos lotes 16 e 18, tendo-se insistido na necessidade de incluir estas solicitações que o Conselho de Administração da iParque fez chegar à CMC. Entretanto, já decorreu a fase de participação preventiva, entre 29 de Maio e 19 de Junho de 2023, e aguarda-se conclusão deste procedimento pela CMC no mais curto espaço de tempo – visto que esta alteração é fundamental para se conseguirem garantir condições para o avanço da 2ª Fase B.

A 2ª Fase B, como já foi perspetivado no anterior Relatório & Contas de 2022, permitirá disponibilizar mais 15 lotes (um deles de serviços) e é ambição desta Conselho de Administração ter a empreitada em curso durante o seu mandato.

Relativamente à 3ª Fase, aguarda-se com expectativa a confirmação por parte da CMC da reconversão da zona habitacional em industrial. Existem ainda, contudo, e pela informação de que o Conselho de Administração da iParque dispõe, constrangimentos com a expropriação de terrenos desta 3ª Fase, com a necessidade de análise de compromissos e contrapartidas formalizados/as há longos anos com proprietários de terrenos.

2.3. Business Center "Leonardo Da Vinci"

O *Business Center "Leonardo Da Vinci"* tem disponíveis 572m2 de área para cedência a empresas de cariz transversal à atividade económica e taxa de ocupação é de 100%.
Trata-se, contudo, de um edifício que continua sem ver assegurada a sustentabilidade, apesar de esforços feitos para a sua maior rentabilização:

- redução do horário da segurança de 24 para 12 horas diárias (com exceção de feriados e fins-de-semana);
- promoção dos auditórios junto de instituições da cidade;
- contacto com tecnológicas para analisar interesse na exploração do Data Center;
- estudo do aumento da área útil para cedência a empresas / instituições (inclusivamente do espaço no -1 para mais armazenamento);
- relançamento do concurso de exploração da cafetaria / restaurante.



Imagem 1: edifício do Business Center "Leonardo Da Vinci"

Atendendo ao impasse verificado com o Instituto Politécnico de Coimbra que, até à data, não deu qualquer resposta às propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da iParque para encerrar a renegociação da ocupação do varandim existente de 350m2,

avançou-se com a adjudicação do reajuste dos projetos e elaboração de novo cadernos de encargos daquele espaço que permitirá a outra entidade a sua ocupação – existindo já intenção formalizada por uma empresa do setor farmacêutico.

Quanto ao Data Center, infelizmente, não se encontrou qualquer parceiro interessado na exploração daquele espaço, pelo que no estudo de aumento de área útil para cedência a empresas / instituições, se está a considerar também a possibilidade de reconverter o espaço com outra utilização.

2.4. Colaboradores

A estrutura de colaboradores da iParque mantém-se com três trabalhadores, com contratos sem termo. Um dos três trabalhadores está a tempo parcial.

Mantêm-se os serviços de consultoria jurídica e técnica, em regime de prestação de serviços, atividade liberal. Estes serviços apoiam a iParque em temas correntes como a execução de contratos, contencioso, execução de obra, contratação pública, entre outras responsabilidades.

Mantêm-se dificuldades para dar resposta a todas as necessidades e repor o cumprimento de obrigações legais, sendo as principais preocupações deste Conselho de Administração garantir o cumprimento da Lei 50/2012 e do Código dos Contratos Públicos (nomeadamente lançamento de procedimentos e publicações na Base.Gov – situação inexistente entre Dezembro de 2015 e Julho de 2022 e que já motivou análise por parte do Tribunal de Contas).
Com o assumir de novas competências por parte da Empresa Municipal e com a reestruturação em curso pretende-se garantir a capacidade necessária para a estabilização definitiva.

2.5. Questões Judiciais

Os processos judiciais que decorrem neste momento estão explanados na Nota 32 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

De um ponto de vista contabilístico, o Resultado Líquido do Período da iParque melhorou em 647.681€ (passou de 534.444€ negativos em 2022 para 113.237€ positivos em 2023). Desde a Lei 50/2012 (que veio obrigar ao reequilíbrio financeiro pelos acionistas e à sua aplicação desde o ano de 2023), esta seja a 3ª vez em que a iParque apresenta resultado positivo e em que não necessitará de reequilíbrio por parte dos acionistas - anteriormente só aconteceu em 2019 e 2020 devido à renegociação e perdão de dívida ao BES / Novo Banco. Este é, também, o 3º melhor Resultado Líquido do Período desde a existência da iParque: o 1º foi em 2019 (com a referida renegociação e perdão de dívida ao BES / Novo Banco) e o 2º foi em 2010 (com as primeiras escrituras do Parque Tecnológico).
O desafio futuro é, naturalmente, garantir que se mantém a sustentabilidade da Empresa Municipal.

Para este resultado contribuíram o aumento das Vendas que eram inexistentes em 2022 e foram de 585.811€ em 2023 (tendo existido a venda do último lote da 1ª Fase e escrituras de 2 lotes da 2ª Fase A), o aumento no valor da Prestação de Serviços e Concessões em 8,9% (aumentaram de 87.719€ em 2022 para 97.719€ em 2023 fruto da atualização de rendas), o aumento das Transferências Correntes e Subsídios à exploração obtidos que eram inexistentes em 2022 e passaram a 470.812€ em 2023 (por conta do financiamento à empreitada da 2ª Fase A pelo Portugal 2020 e, também, da primeira tranche do Contrato-Programa celebrado com a CMC), e a diminuição de 3,4% nos Fornecimentos e Serviços Externos (que passaram de 166.316€ em 2022 para 160.797€ em 2023).

Os rácios contabilísticos tradicionais (conforme Quadro 5 abaixo) continuam a demonstrar uma autonomia financeira robusta (ainda que tenha descido face a 2022 face à necessidade de correção do ativo em 702.737,90€ - porquanto estavam registados terrenos da 1ª Fase que foram cedidos ao domínio público com a conclusão do processo de loteamento), rácios de solvabilidade e de liquidez confortável (acima de 100%), e uma diminuição do endividamento (em sentido contrário ao aumento que se verificou entre 2020 e 2022).

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Autonomia Financeira	43%	73%	69%	68%	63%	59%
Património Líquido	4 658 601	6 126 841	5 816 578	5 545 444	6 198 609	5 340 221
Total do Ativo	10 960 217	8 450 798	8 472 055	8 196 570	9 767 628	9 010 654
Rácio de Solvabilidade	74%	264%	219%	209%	174%	145%
Total do Passivo	6 301 616	2 323 957	2 655 477	2 651 126	3 569 019	3 670 433
Património Líquido	4 658 601	6 126 841	5 816 578	5 545 444	6 198 609	5 340 221
Rácio de Liquidez Geral	56%	68%	264%	168%	268%	195%
Ativo Corrente	3 414 368	1 408 591	1 850 984	1 422 223	2 621 875	2 673 995
Passivo Corrente	6 051 616	2 073 958	701 811	844 227	979 628	1 373 545
Endividamento Líquido	2 398 212	-44 434	469 230	724 809	864 388	656 453
Financiamentos Obtidos	3 452 769	0	1 000 000	913 050	1 300 210	1 093 416
Caixa e Depósitos Bancários	1 054 557	44 434	530 770	188 241	435 822	436 963

Endividamento Bancário	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Médio - Longo Prazo	0	0	892 721	799 583	1 093 950	883 693
Curto Prazo	3 452 769	0	107 279	113 467	206 260	209 723
Total	3 452 769	0	1 000 000	913 050	1 300 210	1 093 416

Quadro 5: Indicadores financeiros selecionados

Em termos de análise económica cumpre destacar ainda os seguintes factos relativos a 2023:

- O rácio de Capitais Permanentes é de 84,76% (RCP= (Total C.P.+ Passivo Não Corrente) / A. Total);
- O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos é positivo de 519.099,82€;
- O resultado do exercício depois de IRC foi positivo no montante de 113.237,27€;
- O passivo no ano de 2023 totaliza o montante de 3.670.432,72€.

4. FACTOS RELEVANTES APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

A iParque solicitou a isenção de IMT sobre os terrenos adquiridos ao Município de Coimbra em que a empresa pagou o montante de 11.982,96€.
Os outros factos relevantes após termo do exercício estão explanados na Nota 10 do Anexo às Demonstrações Financeiras, relativa aos eventos subsequentes.

5. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A situação perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social encontra-se regularizada.
A iParque mantém, contudo, perante a Administração Fiscal, um contencioso de IVA e de IRC, situações que se encontram descritas mais pormenorizadamente no ponto 30 do presente Relatório.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em 2023, a empresa teve um Resultado Líquido positivo no valor de 113.237,27€. Propõe-se á afetação deste Resultado Líquido para a rubrica de balanço de Resultados Transitados.

7. PERSPETIVAS FUTURAS

O ano de 2024 continuará dominado por um grande contexto de incerteza económica e geopolítica, com o conflito da Ucrânia e na faixa de Gaza, com consequências que ainda não se conseguem prever na totalidade.

Como já referíamos no Relatório & Contas de 2022, é nosso entendimento que a incerteza económica requer proatividade na decisão e agilidade na ação.

Coimbra continua a ter um tecido empresarial frágil, constituído essencialmente por microempresas, que mantém elevados níveis de endividamento e baixos níveis de rentabilidade.
Contudo, continuamos a afirmar que Coimbra pode e deve tomar uma posição de liderança, em particular na Região Centro, centrada não só a cuidar o tecido empresarial existente (a apoiar a reestruturação, consolidação ou escalabilidade das empresas), como também na captação proativa de investimento.
Coimbra pode e deve preparar-se para a grande reestruturação económica que se avizinha.

As condições adversas e/ou incertas continuam a representar oportunidades únicas e continua a ser convicção deste Conselho de Administração que a reestruturação em curso, se for encarada definitivamente como uma aposta da CMC, terá tudo para ser um sucesso.

8. AGRADECIMENTOS

Não pode a Administração terminar este Relatório e Contas sem uma palavra de agradecimento aos seus colaboradores, fornecedores, às empresas que se instalaram e investiram no iParque, aos acionistas e ao fiscal único.

Coimbra, 10 de Maio de 2024

O Conselho de Administração

(Ricardo Miguel Freire Lopes)

(João Afonso Murteira Dória)

(Joana Margarida Alves Martins)

9. ANEXOS – ARTIGOS 447.º e 448.º, n.º 4, DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

ANEXO II

Para cumprimento do estipulado no n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, à data de 31 de dezembro de 2023, era titular de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital social, o acionista Município de Coimbra (que detinha 90,23% desse capital).

Coimbra, 10 de Maio de 2024

O Conselho de Administração

(Ricardo Miguel Freire Lopes)

(João Afonso Murteira Dória)

(Joana Margarida Alves Martins)

10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

1 Nota 1 - Identificação da sociedade 23
2 Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 25
3 Correção erros anos anteriores 33
4 Fluxos de Caixa 33
5 Ativos fixos tangíveis 33
6 Financiamentos obtidos 34
7 Inventários 35
8 Vendas e serviços prestados 35
9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes 36
10 Eventos subsequentes 36
11 Benefícios dos empregados 36
12 Divulgação de partes relacionadas 37
13 Acionistas 38
14 Clientes 38
15 Estado e outros entes públicos 38
16 Outras contas a receber 39
17 Diferimentos 39
18 Outras reservas 39
19 Outras variações do Património Líquido 40
20 Resultados Transitados 40
21 Passivos por Impostos Diferidos 41
22 Fornecedores 42
23 Fornecedores de Investimento 42
24 Outras dívidas a pagar 42
25 Outros passivos financeiros 42
26 Subsídios à exploração 43
27 Fornecimentos e serviços externos 43
28 Outros rendimentos 44
29 Outros Gastos 44
30 Juros e gastos e rendimentos similares 44
31 Imposto do exercício 45
32 Processos judiciais em curso/ Contencioso Tributário 46
33 Demonstrações Orçamentais 49
34 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 62

BALANÇO

	Nota	31-12-2022	31-12-2023
Ativo			
Ativo Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	6.442.202	6.335.821
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis		708	708
Ativos biológicos		-	-
Investimentos financeiros		105	130
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáv		-	-
Acionistas/sócios/associados		-	-
Diferimentos		-	-
Outros ativos Financeiros		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Clientes, contribuintes e utentes		-	-
Outras contas a receber		-	-
		6.443.015	6.336.659
Ativo Corrente			
Inventários	7	212.916	914.765
Ativos biológicos		-	-
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		-	-
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáv		-	-
Clientes, contribuintes e utentes	14	115.440	340.118
Estado e outros entes públicos	15	268.310	278.269
Acionistas/sócios/associados	13	259.235	249.379
Outras Contas a receber	16	1.328.438	453.482
Diferimentos	17	1.714	1.019
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos bancários	4	435.822	436.963
		2.621.875	2.673.995
Total do ativo		9.064.890	9.010.654

	Nota	31-12-2022	31-12-2023
Patrimonio Líquido			
Património/Capital	DC	2 616 380	2 616 380
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de Capital Proprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas	18	1.629	1.629
Outras variações no Património Líquido	19	4 194 202	3 380 515
Ajustamentos em ativos financeiros		-	-
Excedentes de revalorização		-	-
Resultados transitados	20	(772 895)	(771 540)
Resultado líquido do periodo	DR	(543 444)	113 237
Dividendos antecipados		-	-
Interesses que não controlam		-	-
Total do Património Líquido		5.495.872	5.340.221
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	514 577	514 577
Financiamentos obtidos	6	1 093 950	883 693
Responsabilidades por beneficios pós-emprego		-	-
Passivos por impostos diferidos	21	980 863	898 618
Outras Contas a pagar		-	-
		2.589.390	2.296.887
Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			
Fornecedores	22	181 526	124 146
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	14	72 751	105 594
Estado e outros entes públicos	15	5 665	17 143
Acionistas/sócios/associados		-	-
Financiamento obtidos	6	206 260	209 723
Outras contas a pagar	24	215 875	256 455
Fornecedores de Investimento	23	126 452	184 353
Diferimentos	17	118 794	476 132
Passivos financeiros detidos para negociação			
Passivos por impostos diferidos	19	52 305	
Outros passivos financeiros			
		979.628	1.373.545
Total do Passivo		3.569.018	3.670.433
Total do Património Líquido e Passivo		9.064.890	9.010.654

O Anexo constitui parte integrante do Balanço

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	Exercício 31-12-2022	Exercício 31-12-2023
Vendas	8	-	585.811
Prestações de serviços e concessões	8	89 719	97.719
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	26	-	470.812
Variação nos inventários de produção	7	-	(594.339)
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	27	(166 316)	(160 797)
Gastos com o pessoal	11	(83.346)	(93 133)
Transferências e subsídios concedidos		-	-
Prestações sociais		-	-
Imparidade de inventários a ativos biológicos (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	(27 143)	4.150
Provisões (aumentos/reduções)	9	(264.577)	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Outros rendimentos e ganhos	28	282 544	258.692
Outros gastos e perdas	29	(12 512)	(49.815)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		(181.632)	519.099,82
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	5	(351.238)	(346 686)
Imparidade de activos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)		-	-
		(351.238)	(346.686)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(532.870)	172.413
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	30	(9 171)	(44 835)
Resultados antes de impostos		(542.041)	127.578
Imposto sobre o rendimento do período	31	(1 403)	(14 341)
Resultado líquido do período		(543.444)	113.237

O Anexo constitui parte integrante da Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

	Património Líquido atribuído aos detentores do Património líquido da entidade que controla										
	Capital/Património Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio Líquido	Reservas Legais	Reservas resultantes da transferência de Ativos	Outras Reservas	Excedentes de revalorização	Outras variações no Património	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
A 31 de dezembro de 2022	2.616.380	-	1.629				4.194.202	(772.895)	(543.444)	5.495.872		5.495.872
Alterações no período 2023												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de reavaliação												
Excedentes de revalorização e respetivas variações												
Transferências e subsídios de capital							(813 688)					
Outras alterações reconhecidas no Patrimonio Líquido								(543 444)	543 444			-
	-	-	-	-	-	-	(813.688)	(543.444)	543.444	(813.688)		(813.688)
Resultado líquido do período									113 237	113 237		113 237
Resultado integral									113.237	113.237		113.237
Operações com detentores de capital no período												
Subscrições de capital/patrimonio										-		-
Entradas e cobertura de perdas										-		-
Entradas para cobertura de perdas										-		-
Outras operações										-		-
Subscrições de prémios de emissão												
Outras operações								544 800		544 800		544 800
	-	-	-				-	544 800	113 237	658 038		
A 31 de dezembro de 2023	2.616.380	-	1.629				3.380.515	(771.540)	113.237	3.340.221		3.340.221

O Anexo constitui parte integrante da Demonstração das Alterações no Património Líquido

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	31-12-2022	31-12-2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		162 134	515.258
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		(195.267)	(430.073)
Pagamentos ao pessoal		(46.475)	(47.090)
Caixa gerada pelas operações		(79.609)	38.095
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/ pagamentos		(456)	(40.718)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		(80.065)	(2.623)
Fluxos de caixa das atividadades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(762.935)	(1.300.768)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		63.188	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		541.840	844.412
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(157.908)	(456.356)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		500.000	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura prejuízos		106 745	551.870
Doações			
Outras operações de financiamento			150.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(112.449)	(203.580)
Juros e gastos e similares		(8 744)	(38.169)
Dividendos			
Reduçoes de Capital e de outros instrumentos de Capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		485.552	460.120
Variação de caixa e seus equivalentes		247 580	1.141
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	188.241	435.822
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	435.822	436.963

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 Nota 1 - Identificação da sociedade

A iParque, Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, S.A., E.M., contribuinte fiscal e pessoa coletiva número 506 787 729, foi constituída por escritura pública de 13 de fevereiro de 2004, tendo por objeto social "*a implementação, gestão e administração de parques, científicos e tecnológicos e apoio à atividade económica e empresarial em geral,* sendo o respetivo âmbito detalhado no artigo 3.º dos estatutos da sociedade". Este objeto social foi alterado, passando a ser o seguinte: "dinamizar e apoiar pólos de inovação tecnológica, incubadoras de empresas e outras iniciativas associadas ao desenvolvimento económico, empreendedorismo, inovação e investigação", sendo o respetivo âmbito detalhado no n.º 2 do artigo 4.º dos seus atuais estatutos (aprovados pela Assembleia Municipal em 27 de fevereiro de 2013).

As presentes demonstrações financeiras e anexos foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de Maio de 2024.

É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da sociedade iParque, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

A missão do iParque é o desenvolvimento e a modernização do tecido empresarial da cidade de Coimbra e sua região através de ações de promoção, de criação e instalação de empresas de elevado conteúdo tecnológico, de consultoria e de formação orientadas para a inovação, desenvolvimento experimental e incorporação de novas tecnologias. E, por estas vias, o iParque deve participar na construção de um novo paradigma para competir com base numa conjugação de esforços de iniciativas institucionais credíveis e, sobretudo, reveladoras de capacidade de atracão e fixação de recursos humanos de excelência, transformando Coimbra, em definitivo, numa referência entre as cidades do conhecimento europeias. Assim, os principais objetivos do Coimbra iParque são:

- Criar condições de fixação de empresas de base científica e tecnológica (introduzindo tecnologias avançadas e funcionando como importante mecanismo de apoio à criação de novas iniciativas inovadoras da área tecnológica, incubadas em organismos criados

para o efeito, que necessitem de um espaço adequado para instalação, num ambiente de elevada qualidade para a investigação e desenvolvimento e para o trabalho e o lazer), capazes de dinamizar a atividade económica, atraindo investimentos e criando emprego;

- Promover a Inovação e contribuir para a fixação na cidade e na região do conhecimento gerado nas instituições científicas associadas e de quadros altamente qualificados;
- Trabalhar em rede com outras ofertas complementares na Região Centro, tirando partido das sinergias criadas com os vários parceiros empresariais e de I&D desta região.

Capital social

O capital social da sociedade não registou alteração no ano de 2023.

O Capital encontra-se atualmente com a seguinte distribuição:

Entidade	Valor	%
Município de Coimbra	2 360 825	90,23%
Universidade de Coimbra	46 950	1,79%
Sinespaço S.A.	42 255	1,62%
ACIC	37.560	1,44%
NovoBanco	37.560	1,44%
IBEROPARK	37.560	1,44%
Critical Software	18.780	0,72%
I.P.N.	18 000	0,69%
ISA	9 390	0,36%
EAS, Unipessoal Lda	3.000	0,11%
Clube dos Empresários de Coimbra	3.000	0,11%
Centro de NeuroCiências e Biologia Celul	1.500	0,06%
	2.616.380	100,00%

Quadro da participação dos acionistas

Na Assembleia Geral de 31 março de 2023 foi autorizado a transmissão das acções da SI Vale-Saude e Vida SGPS, Lda para a Sinespaço SA.

2 Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras

Esta NCP tem por objetivo estabelecer a base para a apresentação das demonstrações financeiras, as quais têm por finalidade proporcionar aos utilizadores informação sobre os recursos e obrigações de uma entidade à data do relato, dos gastos suportados e dos rendimentos obtidos.

2.2. Comparabilidade

As contas do exercício de 2023 são comparáveis com as contas do ano anterior.

2.3. NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Estimativas e Erros

A NCP 2 tem como objetivo estabelecer os critérios para a seleção e alteração de políticas contabilísticas, bem como o tratamento contabilístico e a divulgação de alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correção de erros (#1 da NCP2).

2.4. NCP 3 – Ativos Intangíveis

Esta NCP explana o tratamento contabilístico dos ativos intangíveis que satisfaçam a definição de ativo intangível, bem como a seu reconhecimento e mensuração, dos gastos com as amortizações e das perdas por imparidade.

2.5. Adoção pela primeira vez das SNC-AP

A iParque vinha desde 1 de Janeiro de 2009 a adotar o SNC e adotou o SNC-AP em 1 de janeiro de 2022. A iParque é uma entidade Publica Reclassificada e o SNC-AP aplica-se ás entidades públicas reclassificadas (EPR), nos termos do art 3º, .os 1 e 2 do Decreto- Lei n.º 192/2015 de 11 de Setembro. As demonstrações financeiras de 2022 e 2023 são comparáveis.

2.6. Conversão cambial - Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a iParque opera (moeda funcional): o euro.

2.7. Ativos fixos tangíveis

Esta NCP explana o tratamento contabilístico dos ativos intangíveis que satisfaçam a definição de ativo intangível, bem como a seu reconhecimento e mensuração, dos gastos com as amortizações e das perdas por imparidade.

2.8. Ativos não correntes (ou grupos para alienação) detidos para venda

Os ativos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como ativos detidos para venda quando o seu valor contabilístico se destina a ser recuperado principalmente através de uma transação de venda em vez do uso continuado e existe uma decisão do Conselho de Administração com a consequente definição do preço e procura de comprador que permite classificar a transação da venda, como de realização altamente provável, no período até 12 meses.

2.9. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A iParque classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital

próprio/ Património bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

2.10. Gestão de riscos financeiros

A exposição da iParque a riscos financeiros refere-se principalmente a riscos de taxa de juro e riscos de crédito.

- **Risco da taxa de juro**

  A iParque tem contratado um financiamento remunerado a taxas de juro variáveis, euribor, o que se traduz na exposição da Empresa à flutuação das taxas de juro no mercado.

- **Risco de crédito**

  A iParque efetua uma cuidadosa monitorização dos créditos das entidades que tem como clientes. Não se trata de uma elevada concentração de risco de crédito, sendo esta mitigada pela definição de limites de crédito para cada entidade, em função do seu perfil de risco, e ainda pelo acompanhamento regular das entidades individuais ao nível dos controlos de cobranças.

A exposição da iParque a riscos financeiros refere-se principalmente a riscos de taxa de juro e riscos de crédito.

2.11. NCP 10 – Inventários

Esta Norma explana o tratamento contabilístico dos inventários e proporciona orientação prática para a determinação do seu custo e o seu subsequente reconhecimento como gasto, as fórmulas de custeio, assim como qualquer redução para o valor realizável líquido (#1 da NCP 10). Clientes e Outras contas a receber.

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro original efetiva do ativo financeiro.

2.12. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

2.13. Capital social/ Património

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio/ Património. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio/ Património como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

O capital realizado corresponde ao total do capital emitido deduzido da parte subscrita mas não realizada.

As ações próprias adquiridas através de contrato ou diretamente no mercado são reconhecidas no capital próprio/ Património, em rubrica própria. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a iParque tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital próprio/ Património para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

Reserva Legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da iParque, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

2.14. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo amortizado; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

A iParque classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio/ Património bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

2.15. NCP 7 – Custos de Empréstimos Obtidos

Esta norma explana os procedimentos contabilísticos a considerar nos encargos associados aos empréstimos obtidos. De acordo com o #1, estes encargos são, geralmente, reconhecidos como gastos do período, podendo, como tratamento alternativo, proceder à capitalização de custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

2.16. Compensação de saldos

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a

compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido, ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

2.17. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas Demonstrações financeiras.

2.18. Subsídios e apoios do Governo

A iParque reconhece os subsídios obtidos do Estado Português, da União Europeia ou de organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio/ Património "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis as taxas bonificadas são reconhecidas como financiamentos obtidos, enquanto o benefício da poupança de juros é divulgado (quando quantificável).

2.19. NCP 6 – Locações

Esta norma estabelece o tratamento contabilístico relativo a locações financeiras e operacionais.

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a iParque detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a iParque não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a iParque tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

2.20. Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

2.21. Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

2.22. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da iParque. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a iParque; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

2.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas Demonstrações financeiras da iParque são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

2.24. NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

De acordo com esta Norma, o seu objetivo é definir provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e identificar as circunstâncias em que as provisões devem ser reconhecidas e como devem ser mensuradas.

2.25. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

3 Correção erros anos anteriores

A sociedade na construção das infraestruturas da 1ª Fase do parque, teve um custo de terrenos respeitantes às áreas comuns de 702.737,90€ e estava registado no ativo. Na conclusão do processo de loteamento, as áreas de terreno comuns, foram cedidas à CMC por serem de domínio público, razão pela qual não é um ativo da sociedade, foi este custo agora desreconhecido. Este desreconhecimento é enquadrado como um erro, por este motivo as contas reexpressaram os comparativos do exercício de 2022, nas rubricas de AFT e RT, no montante referido anteriormente.

4 Fluxos de Caixa

Apresentamos de seguida o saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 é o que se apresenta:

	31-12-2022	31-12-2023
Numerário		
- Caixa	-	-
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	435 822	436 963
- Depósitos a prazo		
	435.822	436.963
Descobertos bancários	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	**435.822**	**436.963**

5 Ativos fixos tangíveis

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2023 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os que se apresentam:

Ativos fixos tangíveis (1)	Quantia escriturada e variações no período								
	Quantia Escritural Inicial (2)	Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciação do exercício (8)	Diferenças Cambiais (9)	Quantia escritural final 11=1+2+3+4+5 +6+7+8+9+10
Bens do Domínio Público									
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros bens de dom nio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em cessão									
Terrenos e recursos naturais	-		-		-	-		-	-
Edifícios e outras construções	-		-		-	-		-	-
Infraestruturas	-		-		-	-		-	-
Património histórico artístico e cultural	-		-		-	-		-	-
Ativos f xos em curso	-		-		-	-		-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	4 508 406	669 532					(335 899)		4 841 838,63
Equipamento básico	-						-		-
Equipamento de transporte	12 113		217				(5 285)		7.046,08
Equipamento administrativo	11 293						(5 503)		5 790,05
Equipamento biológico	-								-
Outros	-								-
At vos f xos tangíveis em curso	1 910 390	(429 244)							1 481 145,63
	-								-
	6 442.202	240 088	217				(346 686)		6 335 821

6 Financiamentos obtidos

O detalhe dos Financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é o seguinte:

	31-12-2022			31-12-2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
Empréstimos bancários	202.027	1.082.477	1.284.504	204 805	877.672	1.082.477
Empréstimos livrança			-			-
	202.027	1.082.477	1.284.504	204 805	877.672	1.082.477
Locações financeiras	4.232	11.474	15.707	4 918	6.021	10.939
	206.260	1.093.950	1.300.210	209.723	883.693	1.093.416

A iParque tem como conte de financiamento, dois empréstimos de EMLP junto da C.C.A.M. de COIMBRA C.R.Le uma locação financeira referente à viatura de serviço ao CA. Em 31 de dezembro de 2023 o valor de Mapa de responsabilidade do banco de Portugal é de 1.093.415,89€

7 Inventários

O detalhe de movimentos em inventários em 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

	31-12-2022	31-12-2023
Inventários finais	212.916	914.765
Tranferências e regularizações		1 296.188
Inventários iniciais	212.916	212.916
Variação da produção	**-**	**594.339**

No ano de 2023 ocorreram as seguintes alterações na rubrica de inventários:

Lotes industriais para venda	31-12-2022	31-12-2023
Lote nº 9	106.458	
Lote nº 12	106.458	
Lote nº 19		209 223
Lote nº 20	-	201 962
Lote nº 22		190 837
Lote nº 30		278 551
Lote nº 286		34 192
	212.916	914.765

8 Vendas e serviços prestados

No ano de 2023 o valor registado de 97.719,44€ diz respeito a prestação de serviços respeitante ás salas e auditório no edifício Leonardo da Vinci.

n lote	Empresa adquirente	Valor
9	Ventiláqua	97.985
12	Cosmehub Lda	101.272
21	Cosmehub Lda	204 678
31A	Helukabel Portugal	181.877
		585.811

Foram também assinados os contratos Promessa de compra e venda dos lotes:

- Lote n.º 30 à empresa Brisas Ritmicas no valor de 28.230,15€;
- Lote n. 22 à empresa Velvet Med - Healthcare Solutions, S.A. no valor de 77.363,60€.

9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No ano de 2022 e de 2023 não sofreu alterações e são as seguintes:

	Processos Tribunal	Outras Provisões	Total
A 1 de janeiro de 2022	-	250.000	250.000
Dotação		264.577	264.577
Utilização	-	-	-
Reversão		-	-
A 31 de dezembro de 2022	-	514.577	514.577
A 1 de janeiro de 2023	-	514.577	514.577
Dotação			-
Utilização		-	-
Reversão	-	-	-
A 31 de dezembro de 2023	-	514.577	514.577

A sociedade iParque tem contenciosos com a A.T. que se encontram mais desenvolvido no ponto 30 do presente relatório.

No ano de 2023 não houve alteração nesta rubrica. Neste momento em balanço está aprovisionado um valor de 514.576,75€, respeitante ao processo da liquidação adicional de IVA que está em ser contestada judicialmente.

10 Eventos subsequentes

A iParque está a efetuar um trabalho junto dos acionistas de modo a fazer um levantamento das participações sociais.

11 Benefícios dos empregados

11.1. Os Gastos com pessoal durante o exercício de 2023 foram os seguintes:

Durante o exercício de 2023 os gastos com o pessoal foram os seguintes:

	2022	2023
Remunerações		
Orgãos sociais (senhas de presença)	4.087	7 764
Pessoal	64.486	70.081
	68.573	77.845
Outros gastos com pessoal		
Encargos sobre remunerações	14 565	15 022
Outros	208	266
	14 774	15.288
Gastos com o pessoal	**83.346**	**93.133**

11.2. Remuneração do Conselho de Administração

No exercício de 2023 foi reconhecido um valor respeitante a senhas de presença que se segue:

	31-12-2022	31-12-2023
Remunerações	-	-
Senhas de Presença	3 914	7 764
Benefícios curto-prazo	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-
Pagamentos baseados em acções	-	-
	3.914	7.764

12 Divulgação de partes relacionadas

Nome da entidade controladora final: Município de Coimbra com 90,23% do capital social. Mais se informa que o capital social da sociedade se encontra explanado no ponto 2.1 do relatório de gestão.

12.1. Transações entre partes relacionadas

No ano de 2023 o acionista Universidade De Coimbra procedeu à transferência do montante de 62.785,93€ respeitante à cobertura dos prejuízos dos exercícios de 2013 a 2022. O Município de Coimbra procedeu ao reequilíbrio do exercício de 2023 no valor de 489.083,59€.

13 Acionistas

A rubrica de apresenta o seguinte valores:

	31-12-2022	31-12-2023
Accionistas	259.235	249.379
	259.235	249.379

O valor que consta na rubrica de Acionistas reflete o valor do reequilíbrio nos termos da Lei 50/2022 de 30 agosto, por parte dos acionistas ainda não realizado.

14 Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, a decomposição da rubrica Clientes é a que se apresenta de seguida:

	31-12-2022			31-12-2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes	44.885	70.555	115 440	340 118		340 118
Adiantamento Clientes	72 751	-	72 751	105.594	-	105.594
Clientes de cobrança duvidosa	41 605	-	41 605	37.455	-	37.455

No ano de 2023 foi recuperado o montante de 4.150€ respeitante a dívidas aprovisionadas em anos anteriores. A sociedade Coolhaven tem divida de 71.697€ e está a pagar no âmbito de um PER.

15 Estado e outros entes públicos

Os saldos da conta de Estado para os anos 2022 e 2023 são os seguintes:

	31-12-2022		31-12-2023	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	2.836		4.240	14.341
Impostos s/ rendimento - IRS		4.315		1.095
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	265.474	-	274029	-
Contribuições p/ segurança social	-	1.342	-	1.688
Outros impostos		8		19
	268.310	5.665	278.269	17.143

16 Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber é apresentada da forma seguinte:

	31-12-2022	31-12-2023
Devedores subsídios ao investimento e exploração	1.327.228	439.586
Outros devedores	1.210	13.896
	1.328.438	453.482

No valor que consta da rubrica de Devedores Subsídios ao Investimento está reconhecido o subsídio ainda por receber no âmbito da candidatura das Infraestruturas Fase 2A. Na rubrica Outros Devedores está registado o valor de IMT pago referente à compra dos terrenos ao Município de Coimbra, o qual está a decorrer o processo de reconhecimento de isenção de IMT por parte do Município de Coimbra.

17 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2023, a iParque tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

Ativo	31-12-2022	31-12-2023
Outros serviços	1.714	1.019
Gastos a reconhecer	1.714	1.019
Passivo	**31-12-2022**	**31-12-2023**
Remunerações ao pessoal		
Juros de financiamentos		
Outros	118.794	476.132
Credores por acréscimos de gastos	118.794	476.132

18 Outras reservas

As rubricas "Outras reservas" não registaram alterações e apresentam os seguintes valores:

Outras variações no capital próprio: Reservas	Reservas legais	Outras reservas	Total
A 1 de janeiro de 2022	81	1.548	1.629
Aplicação de resultados			-
Transferências			-
A 31 de dezembro de 2022	81	1.548	1.629
A 1 de janeiro de 2023			
Aplicação de resultados			-
Transferências			-
A 31 de dezembro de 2023	81	1.548	1.629

A Reserva legal ainda não está totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados.

19 Outras variações do Património Líquido

Consideraram-se as seguintes variações:

	Subsídios ao investimento				
Ajustamentos e Outras variações ao Património Líquido		Impostos	Transição	Outras	
Subsídios ao investimento	Subsídios	diferidos	para SNC	variações	Total
A 1 de janeiro de 2022	3.906.571	(757.317)	-	-	3.149.254
Aumentos	1.668.193				1.668.193
Regularização por resultados	(532.822)	77422,89			(455.399)
Transferência para resultados transitados					-
Outras regularizações	185.428	(353.274)			(167.846)
A 31 de dezembro de 2022	5.227.370	(1.033.168)	-	-	4.194.202
A 1 de janeiro de 2023					
Aumentos	977.347	299.456			1.276.803
Regularização por resultados	(249.073)	(164.906)			(413.979)
Transferência para resultados transitados					-
Outras regularizações	(1.676.511)				(1.676.511)
A 31 de dezembro de 2023	4.279.132	(898.618)	-	-	3.380.515

20 Resultados Transitados

O movimento na conta de resultados transitados do ano de 2023 é o seguinte:

	2023
1 de janeiro de 2023	(772.895)
Aplicação do resultado de 2022	(543.444)
Reclassificação dos impostos diferidos dos subsídios ao investimento reconhecidos em resultados no período	
Outros	544.800
31 de dezembro de 2023	(771.540)

Os movimentos desta rubrica no exercício, resultam da aplicação resultados do ano de 2022 e do reconhecimento da obrigação dos acionistas efetuarem o reequilíbrio nos termos da lei 50/2012.

21 Passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 houve os seguintes movimentos nesta rubrica.

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano	Subsídios ao investimento
A 1 de janeiro de 2022	757.317
	-
Constituição/reversão por capital próprio	329.478
Reversão por resultados	(53.627)
Constituição por resultados	-
Movimentos do período	275.851
A 31 de dezembro de 2022	1.033.168
A 1 de janeiro de 2023	1.033.168
Constituição/reversão por capital próprio	(299.456)
Reversão por resultados	164.906
Constituição por resultados	-
Movimentos do período	(134.550)
A 31 de dezembro de 2023	898.618

Os movimentos no exercício de 2023 refletem o reconhecimento do ID referente ao incentivo atribuído pela CCDRC às infraestruturas da Fase 2 A e os movimentos de reversão por resultados do próprio exercício.

22 Fornecedores

A 31 de Dezembro de 2022 e de 2023, os saldos de fornecedores gerais são os que se seguem:

	31-12-2022	31-12-2023
Fornecedores - Gerais	181.526	124.146
Fornecedores - outros		
Total saldo fornecedores - correntes	**181.526**	**124.146**

23 Fornecedores de Investimento

A 31 de Dezembro de 2022 e de 2023, os saldos de fornecedores de investimento são os que se seguem:

Fornecedores investimento	31-12-2022	31-12-2023
Fornecedores - Gerais	126 452	184.353
Total saldo fornecedores - correntes	**126.452**	**184.353**

O valor de Fornecedores - outros diz respeito à compra de terrenos para a execução das infraestruturas da fase 2A adquiridos ao Município de Coimbra.

24 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2023, a iParque tem registado na rubrica de outras dívidas a pagar os seguintes saldos:

	31-12-2022	31-12-2023
Credores diversos	194.017	252.474
Credores por acréscimos de ga	18.128	-
Outros	3.730	3.981
Outras contas a pagar	**215.875**	**256.455**

25 Outros passivos financeiros

No ano de 2022 e 2023 não houve registo na rubrica.

26 Subsídios à exploração

No ano de 2023 houve reconhecimento de subsídio à exploração referente ao subsídio de 150.000€ atribuídos pela CMC no âmbito do Contrato Programa e o restante valor decorre da proporção do subsídio à exploração recebido referente aos lotes vendidos em 2023.

	31-12-2022	31-12-2023
Subsídios à exploração	-	470.812
Outros	-	-
Outros passivos financeiros	-	470.812

27 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos, em € é o seguinte:

	2022	2023
Trabalhos especializados	12.236	15 353
Material Escritorio	1 868	1 734
Deslocações e estadas	562	1.855
Honorários	26.577	23 283
Comunicações	4.759	4.191
Seguros	2.207	2.934
Vigilancia e Segurança	72.000	59 705
Energia	33 134	19 611
Conservação e reparação	7 474	18.959
Publicidade	2 250	2.150
Contencioso e notariado	261	2.171
Alugueres	1 324	225
Limpeza	896	8 629
Outros	768	
	166.316	160.797

Importa realçar que houve um decréscimo de 3,32% no total dos custos dos Fornecimentos Serviços Externos no exercício 2023 face ao ano transato.

28 Outros rendimentos

O valor reconhecido no exercício de 2023 diz respeito a parte anual da amortização do subsídio, que foi imputado às partes comuns e edifício Vinci.

Outros rendimentos	2022	2023
Amortização de subsídios ao investiment	262.401	257.392
Ganhos na venda activos tangíveis	18.709	-
Proveitos exercícios	1.432	1.300
Outros		
	282.544	258.692

O valor respeitante à amortização dos subsídios diz respeito ao reconhecimento anual do valor do subsídio, que foi imputado respeitante às partes comuns.

29 Outros Gastos

Apresenta-se o detalhe da rubrica de outros gastos:

Detalhe de outros gastos	2022	2023
Impostos	5.427	10.710
Outros	7.085	39 105
	12.512	49.815

A rubrica outros tem refletido o desreconhecimento do valor de 30.537,00 de incentivo referente às infraestruturas da fase 1.

30 Juros e gastos e rendimentos similares

O detalhe dos juros e gastos e rendimentos similares dos exercícios de 2022 e 2023 é o seguinte:

	2022	2023
Juros e gastos similares		
Juros pagos	9 171	44 835
Outros juros		
	9.171	44.835
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos		
Outros	-	-
	9.171	44.835

O custo dos juros diz respeito aos juros com os empréstimos de MLP do banco CCAM.

31 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é a seguinte:

	2022	2023
Resultado consolidado antes de imposto	(542.041)	127.578
Taxa nominal de imposto	17,0% *	17,0%
	(92 147)	24.791
Diferenças permanentes:		
Custos não dedutíveis	-	-
Rendimentos não tributáveis	-	-
Subsídios ao investimento (Impostos Dife	-	-
PEC não recuperáveis	-	-
Tributação autónoma	1.403	172
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-
(imposto diferido não registado)	-	-
Imposto s/ rendimento	1.403	14.341
Taxa efetiva de imposto	**-0,3%**	**11,2%**

As taxas de imposto adotadas na determinação do montante de imposto nas Demonstrações financeiras são as seguintes:

	2022	2023
Taxa de imposto	21,00% *	21,00% *
Derrama	1,50%	1,45%
	22,50%	22,45%

* taxa de 17 até 25 000€ colata

32 Processos judiciais em curso/ Contencioso Tributário

32.1. Correção Financeira Empreitada 1ª Fase

A sociedade iParque é Autora de uma nova ação administrativa que, com o n.º de processo 169/21.0BECBR, corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, instaurado contra a Ministra da Presidência.

Trata-se do processo de execução da sentença condenatória proferida no processo n.º 169/21.0BECBR, com vista à reposição da quantia correspondente à aplicação ilegal da correção financeira de 5%, acrescida dos juros de mora devidos desde 12 de março de 2012.

A executada procedeu à reposição da quantia de 170.341,05€ no dia 11 de dezembro de 2023, estando em falta o pagamento dos juros de mora, calculados à taxa anual de 4%, sobre o valor de 170.341,05€, desde 12 de março de 2012 até 11 de dezembro de 2023 e que ascendem a 80.102,30€.

32.2. Contencioso Tributário IVA

Em 6 de julho de 2011, a sociedade iParque solicitou um pedido de informação vinculativa, no sentido de obter a aprovação para a dedução prévia do IVA relativo às partes comuns das infraestruturas da 1.ª Fase. Com o parecer favorável por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), a sociedade efetuou um reembolso de 690.242,50 €. Este reembolso foi alvo de uma ação inspetiva por parte da AT, sem qualquer correção.

Este procedimento foi acompanhado por uma empresa especializada (a KPMG).
Em outubro de 2016, o iParque foi objeto de uma nova ação inspetiva por parte da AT, relacionada novamente com o IVA deduzido referente às partes comuns das infraestruturas da 1.ª Fase.

No dia 23 de janeiro de 2018, a iParque foi notificada do relatório de inspeção tributária, no qual esta indica que a sociedade iParque procedeu à dedução indevida de IVA no montante de 593.608,55 €. Tendo em conta a decisão tomada em 2011 pela AT, a consultoria jurídica refuta por completo esta decisão, indicando que no caso em concreto não existe matéria de facto para tal.

Em 27 de julho de 2019 foi apresentada a Reclamação Graciosa na Direção de Finanças de Coimbra contra a liquidação adicional de IVA e juros compensatórios resultante da supra mencionada ação inspetiva.
Tais liquidações não foram pagas tendo sido instaurados os processos de execução fiscal n.º 3050202301045016 e 3050202301045024, os quais encontram-se suspensos mediante a constituição de uma garantia real na modalidade de hipoteca voluntária incidente sobre o Lote 18 do Iparque.

Em janeiro de 2019 foi proferida a decisão de indeferimento da Reclamação Graciosa, tendo sido apresentada Impugnação Judicial contra a indicada decisão, bem como contra as liquidações de IVA que manteve, a qual encontra-se a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra sob o processo n.º Processo n.º 322/19.7BECBR.

Reclamação Graciosa apresentada contra as seguintes liquidações em apreciação na Direção de Finanças de Coimbra:

TRIBUTO	PERÍODO	LIQUIDAÇÃO N.º	DATA	VALOR A PAGAR
IVA	202306T	2023 047062464	21/09/2023	2 261,67 €
IVA	202306T	2023 047097357	25/09/2023	7 141,97 €

TOTAL	9 403,64 €

32.3. Contencioso tributário IRC

No exercício de 2019 foram vendidos à Olympus 2 lotes de terrenos, em que o Valor Patrimonial Tributário (VPT) foi superior ao Valor de Venda (VV). A Administração não concorda com a tributação resultante do acréscimo de IRC referente ao 2019, no montante resultante da diferença positiva de: VPT - VV aplicando a taxa de IRC.
Em final de janeiro de 2020, foi desencadeado um procedimento de prova de preço efetivo de venda dos referidos lotes, no âmbito do qual foi concedido o levantamento do sigilo bancário da empresa e dos Administradores em funções à data do procedimento atrás referido.
A AT requereu ainda a autorização de levantamento do sigilo bancário do Administrador, à data da venda dos lotes, Eng. António Manuel Cristóvão Santana e Silva, o qual manifestou a sua oposição alegando que havia renunciado às funções de administrador da empresa em janeiro de 2020.
Face à referida recusa a AT tributou a venda dos lotes pelo VPT originando a liquidação adicional de IRC no valor de 172.933,22€ a qual encontra-se a ser contestada através de Impugnação Judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra sob o processo n.º 143/22.0BECBR.

Impugnação Judicial, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra sob o processo n.º 155/24.9BECBR, apresentada contra a liquidação oficiosa de IRC e juros compensatórios n.º 2023 8310022999, de 8/02/2023, respeitante ao exercício de 2020, com o valor a pagar de 244.311,78 €, a qual foi anulada parcialmente em sede de Reclamação Graciosa tendo dado origem à liquidação corretiva de IRC e juros compensatórios n.º 2023 8310000616, de 22/01/2024, respeitante ao exercício de 2020, com o valor a pagar de 5.567,59 €, valor este que se encontra em contestação.

Reclamação Graciosa apresentada contra a liquidação oficiosa de IRC e juros compensatórios n.º 2023 8310028806, de 26/10/2023, respeitante ao exercício de 2021, com o valor a pagar de 248.285,40 €, em apreciação na Direção de Finanças de Coimbra.

33 Demonstrações Orçamentais

33.1. Demonstração da Execução Orçamental de Despesa

01 - Serviços iParque													
Rubrica	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução	
						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
D1 Despesas com o pessoal	0,00 €	95.290,27 €	0,00 €	81 767,50 €	81 767,50 €	0,00 €	75.254,58 €	75 254,58 €	0,00 €	6 512,92 €	0,00%	78,97%
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	0,00 €	74.547,12 €	0,00 €	66.469,87 €	66.469,87 €	0,00 €	61.110,59 €	61.110,59 €	0,00 €	5.359,28 €	0,00%	81,98%
01010401 Pessoal em funções	0,00 €	60.886,36 €	0,00 €	57 235,99 €	57 235,99 €	0,00 €	52.471,61 €	52 471,61 €	0,00 €	4 764,38 €	0,00%	86,18%
010111 Representação	0,00 €	1.217,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
010113 Subsidio de refeição	0,00 €	3.432,00 €	0,00 €	1.974,00 €	1.974,00 €	0,00 €	1.686,00 €	1 686,00 €	0,00 €	288,00 €	0,00%	49,13%
010114 Subsidio de férias e de Natal	0,00 €	9.011,06 €	0,00 €	7.259,88 €	7.259,88 €	0,00 €	6.952,98 €	6 952,98 €	0,00 €	306,90 €	0,00%	77,16%
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00 €	5.218,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
01021303 Senhas de Presença	0,00 €	5.218,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
D1.3 Segurança social	0,00 €	15.524,89 €	0,00 €	15.297,63 €	15.297,63 €	0,00 €	14.143,99 €	14.143,99 €	0,00 €	1.153,64 €	0,00%	91,11%
0103050202 Segurança social - Regime geral	0,00 €	14 980,89 €	0,00 €	14.870,75 €	14.870,75 €	0,00 €	13 717,11 €	13 717,11 €	0,00 €	1 153,64 €	0,00%	91,56%
01030901 Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	0,00 €	544,00 €	0,00 €	426,88 €	426,88 €	0,00 €	426,88 €	426,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	78,47%
D2 Aquisição de bens e serviços	3.467,00 €	305.974,09 €	0,00 €	211.234,23 €	211.234,23 €	0,00 €	135.027,94 €	135.027,94 €	0,00 €	76.206,29 €	0,00%	44,13%
02010202 Gasóleo	0,00 €	3 247,20 €	0,00 €	1.206,56 €	1 206,56 €	0,00 €	1 074,85 €	1 074,85 €	0,00 €	131,71 €	0,00%	33,10%
020104 Limpeza e higiene	0,00 €	9 603,50 €	0,00 €	9.603,13 €	9 603,13 €	0,00 €	8 593,96 €	8 593,96 €	0,00 €	1 009,17 €	0,00%	89,49%
020108 Material de escritório	0,00 €	2 989,03 €	0,00 €	2.205,07 €	2 205,07 €	0,00 €	1 753,26 €	1 753,26 €	0,00 €	451,81 €	0,00%	58,66%
02011601 Água	0,00 €	1 071,84 €	0,00 €	1.071,12 €	1 071,12 €	0,00 €	1 071,12 €	1 071,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	99,93%
02011602 Electricidade	0,00 €	55.137,60 €	0,00 €	19.543,10 €	19 543,10 €	0,00 €	17 971,69 €	17 971,69 €	0,00 €	1 571,41 €	0,00%	32,59%
02011603 Outras	0,00 €	75,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
020117 Ferramentas e utensílios	0,00 €	2.626,59 €	0,00 €	2 626,02 €	2 626,02 €	0,00 €	41,17 €	41,17 €	0,00 €	2 584,85 €	0,00%	1,57%
020118 Livros e documentação técnica	0,00 €	487,08 €	0,00 €	50,00 €	50,00 €	0,00 €	50,00 €	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	10,27%
020201 Encargos das instalações	0,00 €	71.647,75 €	0,00 €	50.662,66 €	50 662,66 €	0,00 €	34 777,73 €	34 777,73 €	0,00 €	15.884,93 €	0,00%	48,54%
020206 Locação de material de transporte	0,00 €	7.063,63 €	0,00 €	5.220,72 €	5 220,72 €	0,00 €	5.220,72 €	5 220,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	73,91%
020209 Comunicações	0,00 €	10.147,50 €	0,00 €	4 641,41 €	4 641,41 €	0,00 €	4 417,87 €	4 417,87 €	0,00 €	223,54 €	0,00%	43,54%
020212 Seguros	0,00 €	3 788,40 €	0,00 €	2.955,37 €	2.955,37 €	0,00 €	2 955,37 €	2 955,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	78,01%
020213 Deslocações e estadas	0,00 €	1.691,25 €	0,00 €	1.616,68 €	1.616,68 €	0,00 €	747,66 €	747,66 €	0,00 €	869,02 €	0,00%	44,21%
020217 Publicidade	0,00 €	2.645,01 €	0,00 €	2.644,50 €	2.644,50 €	0,00 €	861,00 €	861,00 €	0,00 €	1 783,50 €	0,00%	32,55%
020218 Vigilancia e segurança	0,00 €	97.416,00 €	0,00 €	73.436,56 €	73.436,56 €	0,00 €	32 168,83 €	32 168,83 €	0,00 €	41.267,73 €	0,00%	33,02%
020219 Assistência técnica	1 917,00 €	2 473,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%

01 - Serviços tParque												
Rubrica	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Ativos / desativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução	
						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
01 Despesas com o pessoal	**0,00 €**	**95.290,27 €**	**0,00 €**	**81.767,50 €**	**81.767,50 €**	**0,00 €**	**75.254,58 €**	**75.254,58 €**	**0,00 €**	**6.512,92 €**	**0,00%**	**78,97%**
01.1 Remunerações Certas e Permanentes	**0,00 €**	**74.547,12 €**	**0,00 €**	**66.469,87 €**	**66.469,87 €**	**0,00 €**	**61.110,59 €**	**61.110,59 €**	**0,00 €**	**5.359,28 €**	**0,00%**	**81,98%**
01010401 Pessoal em funções	0,00 €	60.886,36 €	0,00 €	57.235,99 €	57.235,99 €	0,00 €	52.471,61 €	52.471,61 €	0,00 €	4.764,38 €	0,00%	86,18%
010111 Representação	0,00 €	1.217,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
010113 Subsídio de refeição	0,00 €	3.432,00 €	0,00 €	1.974,00 €	1.974,00 €	0,00 €	1.686,00 €	1.686,00 €	0,00 €	288,00 €	0,00%	49,13%
010114 Subsídio de férias e de Natal	0,00 €	9.011,06 €	0,00 €	7.259,88 €	7.259,88 €	0,00 €	6.952,98 €	6.952,98 €	0,00 €	306,90 €	0,00%	77,16%
01.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	**0,00 €**	**5.218,26 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00%**	**0,00%**
01021303 Senhas de Presença	0,00 €	5.218,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
01.3 Segurança social	**0,00 €**	**15.524,89 €**	**0,00 €**	**15.297,63 €**	**15.297,63 €**	**0,00 €**	**14.143,99 €**	**14.143,99 €**	**0,00 €**	**1.153,64 €**	**0,00%**	**91,11%**
0103050202 Segurança social - Regime geral	0,00 €	14.980,89 €	0,00 €	14.870,75 €	14.870,75 €	0,00 €	13.717,11 €	13.717,11 €	0,00 €	1.153,64 €	0,00%	91,56%
01030901 Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	0,00 €	544,00 €	0,00 €	426,88 €	426,88 €	0,00 €	426,88 €	426,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	78,47%
02 Aquisição de bens e serviços	**3.467,00 €**	**305.974,09 €**	**0,00 €**	**211.234,23 €**	**211.234,23 €**	**0,00 €**	**135.027,94 €**	**135.027,94 €**	**0,00 €**	**76.206,29 €**	**0,00%**	**44,13%**
02010202 Gasóleo	0,00 €	3.247,20 €	0,00 €	1.206,56 €	1.206,56 €	0,00 €	1.074,85 €	1.074,85 €	0,00 €	131,71 €	0,00%	33,10%
020104 Limpeza e higiene	0,00 €	9.603,50 €	0,00 €	9.603,13 €	9.603,13 €	0,00 €	8.593,96 €	8.593,96 €	0,00 €	1.009,17 €	0,00%	89,49%
020108 Material de escritório	0,00 €	2.989,03 €	0,00 €	2.205,07 €	2.205,07 €	0,00 €	1.753,26 €	1.753,26 €	0,00 €	451,81 €	0,00%	58,66%
02011601 Água	0,00 €	1.071,84 €	0,00 €	1.071,12 €	1.071,12 €	0,00 €	1.071,12 €	1.071,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	99,93%
02011602 Electricidade	0,00 €	55.137,60 €	0,00 €	19.543,10 €	19.543,10 €	0,00 €	17.971,69 €	17.971,69 €	0,00 €	1.571,41 €	0,00%	32,59%
02011603 Outras	0,00 €	75,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
020117 Ferramentas e utensílios	0,00 €	2.626,59 €	0,00 €	2.626,02 €	2.626,02 €	0,00 €	41,17 €	41,17 €	0,00 €	2.584,85 €	0,00%	1,57%
020118 Livros e documentação técnica	0,00 €	487,08 €	0,00 €	50,00 €	50,00 €	0,00 €	50,00 €	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	10,27%
020201 Encargos das instalações	0,00 €	71.647,75 €	0,00 €	50.662,66 €	50.662,66 €	0,00 €	34.777,73 €	34.777,73 €	0,00 €	15.884,93 €	0,00%	48,54%
020206 Locação de material de transporte	0,00 €	7.063,63 €	0,00 €	5.220,72 €	5.220,72 €	0,00 €	5.220,72 €	5.220,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	73,91%
020209 Comunicações	0,00 €	10.147,50 €	0,00 €	4.641,41 €	4.641,41 €	0,00 €	4.417,87 €	4.417,87 €	0,00 €	223,54 €	0,00%	43,54%
020212 Seguros	0,00 €	3.788,40 €	0,00 €	2.955,37 €	2.955,37 €	0,00 €	2.955,37 €	2.955,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	78,01%
020213 Deslocações e estadas	0,00 €	1.691,25 €	0,00 €	1.616,68 €	1.616,68 €	0,00 €	747,66 €	747,66 €	0,00 €	869,02 €	0,00%	44,21%
020217 Publicidade	0,00 €	2.645,01 €	0,00 €	2.644,50 €	2.644,50 €	0,00 €	861,00 €	861,00 €	0,00 €	1.783,50 €	0,00%	32,55%
020218 Vigilância e segurança	0,00 €	97.416,00 €	0,00 €	73.436,56 €	73.436,56 €	0,00 €	32.168,83 €	32.168,83 €	0,00 €	41.267,73 €	0,00%	33,02%
020219 Assistência técnica	1.917,00 €	2.473,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%

020220 Outros trabalhos especializados	0,00 €	22.051,00 €	0,00 €	21 949,46 €	21 949,46 €	0,00 €	15.636,34 €	15.636,34 €	0,00 €	6.313,12 €	0,00%	70,91%
020225 Outros serviços	1.550,00 €	11.811,88 €	0,00 €	11.801,87 €	11.801,87 €	0,00 €	7.686,37 €	7.686,37 €	0,00 €	4.115,50 €	0,00%	65,07%
D3 Juros e outros encargos	0,00 €	34.392,33 €	0,00 €	19.281,60 €	19.281,60 €	0,00 €	19.281,60 €	19.281,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	56,06%
03010302 Empréstimos de médio e longo prazos	0,00 €	34.392,33 €	0,00 €	19.281,60 €	19.281,60 €	0,00 €	19.281,60 €	19.281,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	56,06%
D5 Outras despesas correntes	347.413,18 €	391.435,88 €	0,00 €	314.824,48 €	314.824,48 €	252.926,58 €	21.386,60 €	274.313,18 €	0,00 €	40.511,30 €	64,62%	5,46%
0602010199 Outras	1.000,00 €	1.000,84 €	0,00 €	1 000,00 €	1.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.000,00 €	0,00%	0,00%
06020305 Outras	346.413,18 €	390.435,04 €	0,00 €	313 824,48 €	313.824,48 €	252.926,58 €	21.386,60 €	274.313,18 €	0,00 €	39.511,30 €	64,78%	5,48%
Total Correntes Órgão	350.880,18 €	827.092,57 €	0,00 €	627.107,81 €	627.107,81 €	252.926,58 €	250.950,72 €	503.877,30 €	0,00 €	123.230,51 €	30,58%	30,34%
D10 Despesa com passivos financeiros	0,00 €	170.055,12 €	0,00 €	129.604,77 €	129.604,77 €	0,00 €	129.604,77 €	129.604,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	76,21%
100603 Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	0,00 €	170.055,12 €	0,00 €	129 604,77 €	129 604,77 €	0,00 €	129 604,77 €	129.604,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	76,21%
Total Outros Órgão	0,00 €	170.055,12 €	0,00 €	129.604,77 €	129.604,77 €	0,00 €	129.604,77 €	129.604,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	76,21%
Total Órgão 01 - Serviços iParque	350.880,18 €	997.147,69 €	0,00 €	756.712,58 €	756.712,58 €	252.926,58 €	380.555,49 €	633.482,07 €	0,00 €	123.230,51 €	25,37%	38,16%

02 - Parque Investimentos												
Rubrica	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução	
						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Total Correntes Órgão	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
D6 Aquisição de bens de capital	0,00 €	2.128.586,13 €	0,00 €	1.619.807,61 €	1.619.807,61 €	0,00 €	1.427.123,90 €	1.427.123,90 €	0,00 €	192.683,71 €	0,00%	67,05%
07010413 Outros	0,00 €	2 128 586,13 €	0,00 €	1 619.807,61 €	1 619.807,61 €	0,00 €	1 427 123,90 €	1 427 123,90 €	0,00 €	192 683,71 €	0,00%	67 05%
Total Capital Órgão	0,00 €	2.128.586,13 €	0,00 €	1.619.807,61 €	1.619.807,61 €	0,00 €	1.427.123,90 €	1.427.123,90 €	0,00 €	192.683,71 €	0,00%	67,05%
Total Órgão 02 - iParque Investimentos	0,00 €	2.128.586,13 €	0,00 €	1.619.807,61 €	1.619.807,61 €	0,00 €	1.427.123,90 €	1.427.123,90 €	0,00 €	192.683,71 €	0,00%	67,05%

33.2. Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Rubrica	Previsões Corrigidas	Receita por cobrar períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução	
						Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
R5 Transferências e subsídios correntes	918 362,68 €	0,00 €	701 869,51 €	0,00 €	701 869,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	701 869,51 €	701 869,51 €	0,00 €	0,00%	76,43%
R5.1 Transferências correntes	918 362,68 €	0,00 €	701 869,51 €	0,00 €	701 869,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	701 869,51 €	701 869,51 €	0,00 €	0,00%	76,43%
R5.1.1 Administrações Públicas	658 348,88 €	0,00 €	639 083,58 €	0,00 €	639 083,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	639 083,58 €	639 083,58 €	0,00 €	0,00%	97,07%
R5.1.1.5 Administração Local	658 348,88 €	0,00 €	639 083,58 €	0,00 €	639 083,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	639 083,58 €	639 083,58 €	0,00 €	0,00%	97,07%
06050101 Municípios	150 000,00 €	0,00 €	150 000,00 €	0,00 €	150 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	150 000,00 €	150 000,00 €	0,00 €	0,00%	100,00%
06050199 Outros	508 348,88 €	0,00 €	489 083,58 €	0,00 €	489 083,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	489 083,58 €	489 083,58 €	0,00 €	0,00%	96,21%
R5.1.3 Outras	260 013,80 €	0,00 €	62 785,93 €	0,00 €	62 785,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	62 785,93 €	62 785,93 €	0,00 €	0,00%	24,15%
06010199 Outras	260 013,80 €	0,00 €	62 785,93 €	0,00 €	62 785,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	62 785,93 €	62 785,93 €	0,00 €	0,00%	24,15%
R6 Venda de bens e serviços	480 542,62 €	143 619,86 €	897 056,22 €	158 217,25 €	514 382,68 €	0,00 €	0,00 €	39 518,97 €	474 863,71 €	514 382,68 €	368 076,05 €	27,52%	98,82%
07010899 Outros	389 116,08 €	80 510,53 €	773 275,75 €	154 631,80 €	398 535,05 €	0,00 €	0,00 €	11 813,80 €	386 721,25 €	398 535,05 €	300 619,43 €	14,67%	99,38%
070201 Aluguer de espaços e equipamentos	91 426,54 €	63 109,33 €	123 780,37 €	3 585,45 €	115 847,63 €	0,00 €	0,00 €	27 705,17 €	88 142,46 €	115 847,63 €	67 456,62 €	43,90%	96,41%
Total Correntes	1 398 905,30 €	143 619,86 €	1 598 925,63 €	158 217,25 €	1 216 252,19 €	0,00 €	0,00 €	39 518,97 €	1 176 733,22 €	1 216 252,19 €	368 076,05 €	27,52%	84,12%
R9 Transferências e subsídios de capital	1 097 584,49 €	11 629,20 €	674 070,92 €	0,00 €	674 070,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	674 070,92 €	674 070,92 €	11 629,20 €	0,00%	61,41%
R9.1 Transferências de capital	1 097 584,49 €	11 629,20 €	674 070,92 €	0,00 €	674 070,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	674 070,92 €	674 070,92 €	11 629,20 €	0,00%	61,41%
R9.1.1 Administrações Públicas	1 097 584,49 €	11 629,20 €	674 070,92 €	0,00 €	674 070,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	674 070,92 €	674 070,92 €	11 629,20 €	0,00%	61,41%
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	1 097 584,49 €	11 629,20 €	674 070,92 €	0,00 €	674 070,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	674 070,92 €	674 070,92 €	11 629,20 €	0,00%	61,41%
100307 Estado –Part comunitária	1 097 584,49 €	11 629,20 €	674 070,92 €	0,00 €	674 070,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	674 070,92 €	674 070,92 €	11 629,20 €	0,00%	61,41%
R10 Outras receitas de capital	200 851,23 €	0,00 €	171 216,05 €	0,00 €	171 216,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	171 216,05 €	171 216,05 €	0,00 €	0,00%	85,25%
130101 Indemnizações	200 851,23 €	0,00 €	171 216,05 €	0,00 €	171 216,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	171 216,05 €	171 216,05 €	0,00 €	0,00%	85,25%
Total Capital	1 298 435,72 €	11 629,20 €	845 286,97 €	0,00 €	845 286,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	845 286,97 €	845 286,97 €	11 629,20 €	0,00%	65,10%
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	428 392,80 €	0,00 €	428 392,80 €	0,00 €	428 392,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	428 392,80 €	428 392,80 €	0,00 €	0,00%	100,00%
160101 Na posse do serviço	428 392,80 €	0,00 €	428 392,80 €	0,00 €	428 392,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	428 392,80 €	428 392,80 €	0,00 €	0,00%	100,00%
Total Outros	428 392,80 €	0,00 €	428 392,80 €	0,00 €	428 392,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	428 392,80 €	428 392,80 €	0,00 €	0,00%	100,00%
Total Administração Autárquica	3 125 733,82 €	155 249,06 €	2 872 605,40 €	158 217,25 €	2 439 931,96 €	0,00 €	0,00 €	39 518,97 €	2 450 412,99 €	2 489 931,96 €	379 705,25 €	25,46%	78,39%

A iParque procedeu a alteração orçamental da receita na rubrica 06050101 no montante de 150.000€, pelo reconhecimento do subsídio à exploração atribuídos pela CMC no âmbito do Contrato Programa.

Na rubrica 070201- Outros que diz respeito ao recebimentos relativo à venda de lotes, rubrica cujo montante foi positivamente ultrapassado face ao que inicialmente estava previsto. Foi objeto de uma alteração permutativa pela rubrica 100307- Participação Comunitária em Projetos (Incentivos da Fase 2A), uma vez que existe um valor espectável de 12.635,96€ não ser elegível.

33.3. Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento						2022
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Saldo de gerência anterior	**428.392,80 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**7.428,96 €**	**435.821,76 €**	**188.241,47 €**
	Operações orçamentais [1]	428.392,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	428.392,80 €	188.241,47 €
	Restituição do saldo oper. orçamentais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Operações de tesouraria [A]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7.428,96 €	7 428,96 €	0,00 €
	Receita corrente	**1.216.252,19 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**1.216.252,19 €**	**333.963,37 €**
R1	Receita fiscal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R1.1	Impostos diretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R4	Rendimentos de propriedade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	701,10 €
R5	Transferências e subsídios correntes	701.869,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	701.869,51 €	124 932,70 €
R5.1	Transferências correntes	701.869,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	701.869,51 €	124.932,70 €
R5.1.1	Administrações Públicas	639.083,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	639.083,58 €	124 932,70 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	639 083,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	639.083,58 €	124 932,70 €
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.3	Outras	62 785,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	62 785,93 €	0,00 €
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	514 382,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	514.382,68 €	208.329,57 €
R7	Outras receitas correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Receita capital	**845.286,97 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**845.286,97 €**	**585.526,50 €**
R8	Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	674.070,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	674.070,92 €	585.526,50 €
R9.1	Transferências de capital	674 070,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	674.070,92 €	585.526,50 €
R9.1.1	Administrações Públicas	674 070,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	674.070,92 €	585.526,50 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	674.070,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	674.070,92 €	585.526,50 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

R9 1 1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9 1 1 4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9 1 1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9 1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9 1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	171.216,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	171.216,05 €	0,00 €
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Receita efetiva [2]	**2.061.539,16 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**2.061.539,16 €**	**919.689,87 €**
	Receita não efetiva [2]	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**500.000,00 €**
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	500.000,00 €
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	**2.489.931,96 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**2.489.931,96 €**	**1.607.731,34 €**
	Operações de tesouraria [8]	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**7 428,96 €**

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento						2022
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Despesa corrente	**503.817,67 €**	**0,00 €**	**59,63 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**503.877,30 €**	**314.978,96 €**
D1	Despesas com o pessoal	75.254,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	75.254,58 €	74.179,12 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	61.110,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	61.110,59 €	59.120,80 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.304,64 €
D1.3	Segurança social	14.143,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14.143,99 €	13.753,68 €
D2	Aquisição de bens e serviços	135.027,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	135.027,94 €	122.382,03 €
D3	Juros e outros encargos	19.281,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	19.281,60 €	3.000,00 €
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1	Transferências correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Portugues	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D5	Outras despesas correntes	274.253,55 €	0,00 €	59,63 €	0,00 €	0,00 €	274.313,18 €	115.417,81 €
	Despesa capital	**1.427.123,90 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**1.427.123,90 €**	**746.865,61 €**
D6	Aquisição de bens de capital	1.427.123,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.427.123,90 €	746.865,61 €
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Despesa efetiva (5)	**1.930.941,57 €**	**0,00 €**	**59,63 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**1.931.001,20 €**	**1.061.844,57 €**
	Despesa não efetiva (6)	**129.604,77 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**129.604,77 €**	**117.493,97 €**
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	129 604,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	129 604,77 €	117.493,97 €
	Soma (7)=(5)+(6)	**2.060.546,34 €**	**0,00 €**	**59,63 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**2.060.605,97 €**	**1.179.338,54 €**
	Operações de Tesouraria (C)	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**7.428,96 €**	**7.428,96 €**	**0,00 €**
	Saldo para a gerência seguinte	**429.385,62 €**	**0,00 €**	**-59,63 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**429.325,99 €**	**435.821,76 €**
	Operações orçamentais (B) = (4)-(7)	429 385,62 €	0,00 €	-59,63 €	0,00 €	0,00 €	429 325,99 €	428 392,80 €
	Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7.428,96 €
	Saldo global (2) - (5)	**130.597,59 €**	**0,00 €**	**-59,63 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**130.537,96 €**	**-142.354,70 €**
	Despesa primária	1 911.659,97 €	0,00 €	59,63 €	0,00 €	0,00 €	1 911 719,60 €	1 058.844,57 €
	Saldo corrente	712.434,52 €	0,00 €	59,63 €	0,00 €	0,00 €	712 374,89 €	18 984,41 €
	Saldo capital	581.836,93 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	581.836,93 €	161 339,11 €
	Saldo primário	149.879,19 €	0,00 €	59,63 €	0,00 €	0,00 €	149 819,56 €	119.354,70 €
	Receita total (1) + (2) + (3)	**2.489.931,96 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**2 489 931,96 €**	**1.607 731,34 €**
	Despesa total (5) + (6)	**2.060.546,34 €**	**0,00 €**	**59,63 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**2 060 605,97 €**	**1.179.338,54 €**

33.4. Execução do Plano Plurianual de Investimentos – 2023

Objetivo	Projeto	Designação	Rubrica Orçamental		Forma Realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			Nível de execução financiamento anual	Nível de execução financiamento global
			Orgânica	Económica		RP	RG	DE	EA/PR	Início	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano	Total		
111	2023/2	Outros	02	07010413	A	0,00 %	100,00 %	0,00 %	0,00 %	01/01/2023	31/12/2023	2 128 586,13 €	0,00 €	2.128 586,13 €	701.462,23 €	1 427 123,90 €	1.427 123,90 €	100,00%	100,00%
Total Objetivo 111												**2.128.586,13 €**	**0,00 €**	**2.128.586,13 €**	**701.462,23 €**	**1.427.123,90 €**	**1.427 123,90 €**	**100,00%**	**100,00%**
Total												**2.128.586,13 €**	**0,00 €**	**2.128.586,13 €**	**701.462,23 €**	**1.427.123,90 €**	**1.329.909,16 €**	**100,00%**	**100,00%**

33.5. Modificações Orçamentais – Despesa

Rubrica	Tipo	Despesa				
		Dotações Iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais	
D1 Despesas com o pessoal	N/A	88.470,27 €	6.820,00 €	0,00 €	0,00 €	95.290,27 €
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	P	67.727,12 €	6.820,00 €	0,00 €	0,00 €	74.547,12 €
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	N/A	5.218,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5.218,26 €
D1.3 Segurança social	N/A	15.524,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15.524,89 €
D2 Aquisição de bens e serviços	P	274.685,21 €	31.288,88 €	0,00 €	0,00 €	305.974,09 €
D3 Juros e outros encargos	N/A	34.392,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	34.392,33 €
D4 Transferências e subsídios correntes	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1 Transferências correntes	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1 1 Administrações Públicas	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4 1 1 1 Administração Central - Estado Português	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4 1.1.2 Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3 Segurança Social	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.4 Administração Regional	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4 1 1 5 Administração Local	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4 1 2 Entidades do setor não lucrativo	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4 1.3 Famílias	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4 1.4 Outras	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D4 2 Subsídios correntes	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D5 Outras despesas correntes	P/M	95.368,18 €	429.392,80 €	133.325,10 €	0,00 €	391.435,88 €
D6 Aquisição de bens de capital	M	1.845.261,03 €	283.325,10 €	0,00 €	0,00 €	2.128.586,13 €
D7 Transferência e subsídios de capital	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1 Transferências de capital	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1 Administrações Públicas	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1 1 Administração Central - Estado Português	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3 Segurança Social	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4 Administração Regional	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7 1 1 5 Administração Local	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7 1 2 Entidades do setor não lucrativo	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

D7 1 1 5 Administração Local	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7 1.2 Entidades do setor não lucrativo	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7 1 3 Famílias	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D7 1.4 Outras	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D8 Outras despesas de capital	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D9 Despesa com ativos financeiros	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
D10 Despesa com passivos financeiros	P	289.164,00 €	0,00 €	39.108,88 €	0,00 €	170.055,12 €
Total Despesa		2.547.341,02 €	750.826,78 €	172.433,88 €	0,00 €	3.135.733,82 €

Nas dotações iniciais, o valor de 95.368,18€ referente ao superavit orçamental aprovado em AG, foi reconhecido no momento subquente à inscrição inicial. Na Rubrica 05 foram reconhecidos os compromissos que transitaram do ano anterior.

33.6. Modificações Orçamentais – Receita

Rubrica	Tipo	Receita				
		Previsões Iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas
			Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos especiais	
R1 Receita fiscal	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R1 1 Impostos diretos	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R1 2 Impostos indiretos	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saude	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R3 Taxas, multas e outras penalidades	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R4 Rendimentos de propriedade	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5 Transferências e subsidios correntes	N/A	768 362,68 €	150 000,00 €	0,00 €	0,00 €	918.362,68 €
R5 1 Transferências correntes	N/A	768 362,68 €	150 000,00 €	0,00 €	0,00 €	918.362,68 €
R5 1 1 Administrações Públicas	N/A	508.348,88 €	150.000,00 €	0,00 €	0,00 €	658.348,88 €
R5 1 1 1 Administração Central - Estado Português	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5 1 1 2 Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5 1 1 3 Segurança Social	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5 1 1 4 Administração Regional	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5 Administração Local	M	508.348,88 €	150.000,00 €	0,00 €	0,00 €	658.348,88 €
R5 1 2 Exterior - U E	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R5 1.3 Outras	N/A	260.013,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	260.013,80 €
R5 2 Subsidios correntes	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R6 Venda de bens e serviços	P	451.774,24 €	28.768,38 €	0,00 €	0,00 €	480.542,62 €
R7 Outras receitas correntes	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R8 Venda de bens de investimento	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9 Transferências e subsidios de capital	N/A	1 126.352,87 €	0,00 €	28.768,38 €	0,00 €	1.097.584,49 €
R9 1 Transferências de capital	N/A	1 126.352,87 €	0,00 €	28.768,38 €	0,00 €	1.097 584,49 €
R9 1 1 Administrações Públicas	N/A	1 126.352,87 €	0,00 €	28.768,38 €	0,00 €	1.097 584,49 €
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	P	1.126.352,87 €	0,00 €	28.768,38 €	0,00 €	1.097.584,49 €
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3 Segurança Social	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4 Administração Regional	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5 Administração Local	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9.1.2 Exterior - U E	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R9 1.3 Outras	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R10 Outras receitas de capital	N/A	200.851,23 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	200.851,23 €
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R12 Receita com ativos financeiros	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R13 Receita com passivos financeiros	N/A	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
R14 Saldo de gerência anterior - operações orçamentais	M	0,00 €	428.392,80 €	0,00 €	0,00 €	428.392,80 €
Total Receita		2.547.341,02 €	607.161,18 €	28.768,38 €	0,00 €	3.125.733,82 €

Coimbra, 10 de Maio de 2024

O Conselho de Administração

(Ricardo Miguel Freire Lopes)

(João Afonso Murteira Dória)

(Joana Margarida Alves Martins)

O contabilista certificado

(Ricardo Miguel Costa Quinteiro, CC 82129)

34 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Em anexo

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **IPARQUE – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 9.010.654 euros e um total de fundos próprios de 5.340.221 euros, incluindo um resultado líquido de 113.237 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **IPARQUE – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

- Conforme divulgado na nota 32 do Anexo às demonstrações financeiras e no Relatório de Gestão, estão em tramitação duas impugnações judiciais relativas a processos inspetivos da Autoridade Tributária em que foi liquidado IRC e IVA, bem como juros compensatórios, sendo o parecer do advogado que acompanha ambos os processos, que as liquidações impugnadas são ilegais porquanto se encontram fundamentadas em inúmeros vícios. Não tendo existido qualquer alteração quanto a estes processos durante o exercício de 2023, entendeu o Conselho de Administração, tendo presente as normas contabilísticas e o princípio da prudência, bem como a morosidade e complexidade das decisões judiciais, manter a provisão já reconhecida referente ao processo de IVA, posição com a qual concordamos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 2.489.932 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 2.060.606 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 13 de maio de 2024

Alberto Martins, Magalhães & Associados, SROC Lda., (SROC nº 226 e CMVM nº 20161520)

representada por

Diana Inês da Costa Simões - (ROC nº 1781 e CMVM nº 20161643)

Assinado por: Diana Inês da Costa Simões
Num. de Identificação: 13008097
Data: 2024.05.13 11:55:57+01'00'

CHAVE MÓVEL

ALBERTO MARTINS, MAGALHÃES & ASSOCIADOS, SROC, LDA
NIPC 508 841 119
REGISTO NA OROC nº 226
REGISTO NA CMVM nº 20161520

RUA PADRE ESTEVÃO CABRAL, Nº 79, SALA 404
3000-317 COIMBRA
PORTUGAL

TEL +(351) 239 829 589
FAX +(351) 239 823 998

GERAL@AMMSROC.PT
WWW.AMMSROC.PT